



zeloiros Luiz Alberto Cavas Mascena, Victor Luis de Salles Freire, Wilfrido Augusto Marques, Remis Almeida Fozel, Nilton Luiz Bar... José Carlos Passosello, Maria Goretti de Bulhões Carvalho, Paulo Roberto Curo Antunes, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva e Carlos Alberto Gonçalves Nunes. - Acórdão nº CSR/PLE-NO-00.005.

RECURSO Nº RP/201-371 - Processo nº 0510.0003496-08 - Recorrido: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA TURMA DA CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS - Suplicante: PASQUITO - FÁBIA SOUTO COMÉRCIO LTDA - Matéria: DCTF - MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE CLARIFICAÇÃO - Decisão: Por maioria de votos, DERAM provimento ao recurso. Votados os Conselheiros Luiz Alberto Cavas Mascena, Victor Luis de Salles Freire, Wilfrido Augusto Marques, Remis Almeida Euzol, Nilton Luiz Bartoli, José Carlos Passosello, Maria Goretti de Bulhões Carvalho, Paulo Roberto Curo Antunes, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva e Carlos Alberto Gonçalves Nunes. - Acórdão nº CSR/PLENO-00.006.

Finalmente, para contar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, em Cláudia Dolores Rosa dos Santos, Chefe de Secretaria, assina com o Presidente.

EDISON PEREIRA RODRIGUES Presidente

CLÁUDIA DOLORES ROSA DOS SANTOS Chefe de Secretaria

(Of. El. nº CSR/42/2002)

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL Em 30 de dezembro de 2002

Interposto: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Assunto: Tributariedade. Não incidência de multa fiscal sobre a massa falida. Encaminhamento jurisprudencial consolidado. Não incidência da multa fiscal monetária na falência por se tratar de penalidade administrativa. Impossibilidade de incidência de multa fiscal sobre a massa falida. Aplicabilidade dos enunciados das Súmulas nº 192 e 265, ambos do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência específica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Dispensa de apresentação de pareceres de plenário dos J's interpostos, na esfera de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Dequês: Tendo em vista a aprovação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pelo Excepcionalíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, DECLARO, nos pressupostos do art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 2.046, de 18.10.2001, com o tratamento contido a esta espécie normativa pela Súmula Consolidação nº 32, de 11.9.2001, e do art. 5º do Decreto nº 2.246, de 18.10.2001, que pode ser dispensada a apresentação de recursos e requerida a desistência dos J's interpostos nas ações judiciais com decisão que incidem a incidência da multa fiscal monetária sobre a massa falida, desde que incida qualquer outro fundamento relevante.

(Of. El. nº 351)

ALMER MAKINS BASTOS

RESOLUÇÃO Nº 144, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CFCVCS, na forma do disposto nos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, combinado com o inciso V do art. 1º do Regulamento Interno, anexo à Resolução CFCVCS nº 61, de 18 de outubro de 1995, do Ministério da Fazenda, em sua 50ª reunião, realizada em 02 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º - Aprovar novo Plano de Custas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY Presidente do Conselho

Em exercício

ANEXO

Table with 2 columns: Description and Details. Includes rows for 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES', 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES', 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES'.

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 141, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CFCVCS, na forma do disposto nos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 50ª reunião, realizada em 02 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º - Em relação ao Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (MNP-FCVCS), publicado por intermédio da Resolução CFCVCS nº 104, de 25 de abril de 2000, resolve:

I - Incluir o subitem 11.4.1.1, com a seguinte redação: "11.4.1.1 Penalidade devida ao titular do FCVCS dos custos de administração devidos, mensalmente, sobre cada contrato que se encontre marcado com RCNP no SIFCVS, enquanto não houver a alteração para RCV".

II - Alterar o subitem 11.4.2, que passa a vigorar com a seguinte redação: "11.4.2 Excepcionalidade para o prazo de encaminhamento de RNV".

O Agente Financeiro terá prazo, até 21 de fevereiro de 2003, para encaminhar RNV para os contratos que até 1º de janeiro de 2003 se encontravam marcados com RCNP, desde que seja realizado, simultaneamente, o encaminhamento de RCV para os demais contratos marcados com RCNP em 1º de janeiro de 2003.

III - Incluir o subitem 13.1.4, com a seguinte redação: "13.1.4 Excepcionalidade para encaminhamento de recurso e de pedido de reabertura de análise".

O Agente Financeiro terá prazo, até 21 de fevereiro de 2003, para encaminhar formalmente à CAIXA o cronograma de entrega dos recursos e/ou pedidos de reabertura de análise relativos aos contratos que até 1º de janeiro de 2003 estavam marcados com RCNP e foram substituídos por RNV, conforme subitem 11.4.2 deste Manual, sob pena de rejeição dos pedidos da RNV, observadas as seguintes condições:

a) o prazo de execução do cronograma pactuado, entre o Agente Financeiro e CAIXA, não poderá ultrapassar a data de 15 de dezembro de 2003;

b) a entrega do recurso e/ou pedido de reabertura de análise, até 15 de dezembro de 2003, implica em ressarcimento, pelo Agente Financeiro, do custo mensal de manutenção do registro ao SIFCVS, por contrato em análise, computado a partir do mês da entrega da documentação básica, inclusive, até o mês do efetivo encaminhamento do recurso e/ou pedido de reabertura de análise, excetivos; e

c) o prazo de análise dos recursos e/ou dos pedidos de reabertura de análise será definido pela CAIXA.

Art. 2º - Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY Presidente do Conselho

Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 142, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CFCVCS, na forma do disposto nos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 50ª reunião, realizada em 02 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º - Alterar os subitem 5.3.6.2.5.2 e 6.2.5.3 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (MNP-FCVCS), publicado por intermédio da Resolução CFCVCS nº 104, de 25 de abril de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"5.3.6.2.5.2 Aliquotas de 0,073% a) pagamento em espécie; b) pagamento em títulos CVSA ou CVSB em número não fracionado;

"6.2.5.3 Razão para pagamento em títulos CVS

Art. 2º - Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY Presidente do Conselho

Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 143, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CFCVCS, na forma do disposto nos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 50ª reunião, realizada em 02 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º - Alterar os subitem 9.8 e 9.8.1 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (MNP-FCVCS), publicado por intermédio da Resolução CFCVCS nº 104, de 25 de abril de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"9.8 Excluído de contrato habilitado por parte do Agente Financeiro.

As exclusões devem ser solicitadas formalmente à CAIXA com a identificação do contrato e a justificativa da solicitação, ficando a critério da Administradora do FCVCS a análise e o ressarcimento ou não das respectivas solicitações."

"9.8.1 Excluído de contrato com análise documental e financeira concluída, exceto para os que incidirem em erro de crítica em função de reapresentamento do SIFCVS."

Art. 2º - Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY Presidente do Conselho

Em exercício

Table with 2 columns: Description and Details. Includes rows for 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES', 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES', 'FUNDOAMENTO DEBITO', 'FUNDOAMENTO CREDITO', 'REPRESENTACAO SALDO', 'OBSERVACOES'.